

Contradições e Desafios na Educação Brasileira

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Contradições e Desafios na Educação Brasileira

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.^a Dr.^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof.^a Dr.^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C764	Contradições e desafios na educação brasileira [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Contradições e Desafios na Educação Brasileira; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-373-6 DOI 10.22533/at.ed.736190106 1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação – Inclusão social. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 370.710981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior CRB6/2422	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

O livro “Contradições e Desafios na Educação Brasileira” foi dividido em 4 volumes e reuniu autores de diversas instituições de ensino superior, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas em vários estados brasileiros. O objetivo desta coleção foi de reunir relatos e pesquisas que apontassem, dentro da área da Educação, pontos em comuns.

Neste 1º Volume, estes pontos comuns convergiram nas temáticas “Ações afirmativas e inclusão social” e “Sustentabilidade, tecnologia e educação”, agrupando, respectivamente, na 1ª parte, 11 artigos e na 2ª, 14 artigos.

A coleção é um convite a leitura. No 2º Volume, os artigos foram agrupados em torno da “Interdisciplinaridade e educação” e “Um olhar crítico sobre a educação”. No 3º Volume, continuamos com a “Interdisciplinaridade e educação” e incluímos a “Educação especial, família, práticas e identidade”. E por fim, no 4º e último Volume, reunimos os artigos em torno dos temas “Dialogando com a História da Educação Brasileira” e “Estudo de casos”, fechando a publicação.

Entregamos ao leitor o livro “Contradições e Desafios na Educação Brasileira” com a intenção de cooperar com o diálogo científico e acadêmico e contribuir para a democratização do conhecimento.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ETICA TRABALHADA PELOS PCN'S E DIMINUIÇÃO DA VIOLENCIA DENTRO DO ESPAÇO ESCOLAR	
<i>Luana Nayara de Brito Ferreira</i> <i>Vívian da Silva Lobato</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7361901061	
CAPÍTULO 2	7
AS AFETIVIDADES E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM ABORDAGENS SOBRE TRANSGÊNICOS EM REVISTAS NACIONAIS DA ÁREA DE ENSINO E NAS ULTIMAS CINCO EDIÇÕES DO ENPEC	
<i>Karla de Oliveira Munarin</i> <i>Sérgio Choiti Yamazaki</i> <i>Regiani Magalhães de Oliveira Yamazaki</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7361901062	
CAPÍTULO 3	23
CARTOGRAFIA DE GRUPOS DE PESQUISA SOBRE ARTE, PEDAGOGIA E MEDIAÇÃO: QUEM SOMOS? QUANTOS SOMOS? E ONDE ESTAMOS?	
<i>Fabiana Souto Lima Vidal</i> <i>Ana Paula Abrahamian de Souza</i> <i>Daniel Bruno Momoli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7361901063	
CAPÍTULO 4	34
DISCRIMINAÇÃO RACIAL NOS DISCURSOS DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Ketno Lucas Santiago</i> <i>Ana Paula Vieira e Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7361901064	
CAPÍTULO 5	44
DISCURSOS DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL ACERCA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: ENTRE PRÁTICAS E DESAFIOS	
<i>Marcos Vinicius Sousa de Oliveira</i> <i>Deidiane Costa Guimarães</i> <i>Ana Paula Vieira e Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7361901065	
CAPÍTULO 6	51
EDUCAÇÃO ESCOLAR, MOVIMENTO E PROFESSORES INDÍGENAS NA AMAZÔNIA: DIMENSÕES DA LUTA PELO RECONHECIMENTO DA <i>DIVERSIDADE</i> E DA <i>DIFERENÇA</i> DE POVOS EXISTENTES NO BRASIL	
<i>Fernando Roque Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.7361901066	

CAPÍTULO 7 65

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO INICIAL: REFLEXÕES ACERCA DA EXPERIÊNCIA EM UM PROJETO INTERDISCIPLINAR

Debora Brito Lima

Railda da Silva Santos

Dhessia da Silva Lima

Amélia Maria Araújo Mesquita

Brenda Aryanne Damasceno Monteiro

Jakson Brito Lima

DOI 10.22533/at.ed.7361901067

CAPÍTULO 8 71

EDUCAÇÃO INDÍGENA: A IDEOLOGIA DO ÍNDIO NO LIVRO DIDÁTICO EM UMA ESCOLA INDÍGENA DA REDE PÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA

Rízia Maria Gomes Furtado

Alex Arlen da Silva Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.7361901068

CAPÍTULO 9 87

A (IN) EXISTÊNCIA DE UM PROJETO EDUCACIONAL PARA OS NEGROS QUILOMBOLAS NO PARANÁ: DO IMPÉRIO A REPÚBLICA

Lucia Mara de Lima Padilha

DOI 10.22533/at.ed.7361901069

CAPÍTULO 10 102

O EMPODERAMENTO DA MULHER À PROFISSÃO DE MOTOTAXISTA NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA

Davi Corrêa Gomes

Tatiane do Socorro Correa Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.73619010610

CAPÍTULO 11 108

REVISÃO SISTEMÁTICA EM ANAIS DE EVENTOS SOBRE A TEMÁTICA EDUCAÇÃO SEXUAL E SEXUALIDADE

Caroline Alfieri Massan

Priscila Carozza Frasson Costa

DOI 10.22533/at.ed.73619010611

CAPÍTULO 12 121

A MITOPOÉTICA CULTURAL AMAZÔNICA COMO ELEMENTO EDUCATIVO SOCIALIZADOR

Riceli da Natividade Silva

Jefferson da Silva Alves

Luiz Carlos de Carvalho Dias

DOI 10.22533/at.ed.73619010612

CAPÍTULO 13 133

COMO ALINHAR UMA FERRAMENTA DE GAMIFICAÇÃO EM UM CURSO DE COMPUTAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR?

Rodrigo Alves Costa

André Luiz Henriques Bernardo

Ingrid Morgane Medeiros de Lucena

DOI 10.22533/at.ed.73619010613

CAPÍTULO 14 139

CRIAÇÃO DE INSTRUMENTO PARA AVALIAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO COMPUTACIONAL: VALIDAÇÃO COM O GRUPO FOCAL

Williane Rodrigues de Almeida Silva

Edmir Parada Vasques Prado

DOI 10.22533/at.ed.73619010614

CAPÍTULO 15 151

DO CORAÇÃO DA TERRA: MANUFATURA DE TINTAS ARTESANAIS COM TERRAS JUAZEIRENSES

Ana Emidia Sousa Rocha

Luiz Maurício Barretto Alfaya

DOI 10.22533/at.ed.73619010615

CAPÍTULO 16 165

EDUCAÇÃO DIGITAL E SUAS INTERFACES: DISCUTINDO CONCEITOS E PROCESSOS A PARTIR DE AÇÕES LOCAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Nadja da Nóbrega Rodrigues,

Mércia Rejane Rangel Batista

DOI 10.22533/at.ed.73619010616

CAPÍTULO 17 181

EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Tânia Maria Figueiredo Barreto Freitas

DOI 10.22533/at.ed.73619010617

CAPÍTULO 18 187

GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA E UTILIZAÇÃO DE TICS POR PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Artur Pires de Camargos Júnior

DOI 10.22533/at.ed.73619010618

CAPÍTULO 19 193

O LETRAMENTO DIGITAL E A INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD): UM ESTUDO DE CASO COM DISCENTES DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ana Paula da Silva

Maria do Carmo Maracajá Alves

Alessandra Carla Ceolin

Alexandre de Melo Abicht

DOI 10.22533/at.ed.73619010619

CAPÍTULO 20 207

O MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL NA BOCA DAS MULHERES

Jamyllle de Souza Oliveira

Maria Inês Gasparetto Higuchi

Niro Higuchi

DOI 10.22533/at.ed.73619010620

CAPÍTULO 21 219

O NOVO CÓDIGO FLORESTAL (LEI 12.651/2012): BREVES APONTAMENTOS SOBRE SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS E RESPECTIVOS REFLEXOS SOBRE A BIODIVERSIDADE

Fernando Martinez Hungaro

DOI 10.22533/at.ed.73619010621

CAPÍTULO 22 229

O TRABALHO PEDAGÓGICO DE PROFESSORES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM MEDIADO PELAS TIC: ARTICULAÇÕES E RUPTURAS

Cinthya Maduro de Lima

Dinair Leal da Hora

DOI 10.22533/at.ed.73619010622

CAPÍTULO 23 238

PROCESSOS CRIATIVOS DE ENSINO DE DESENHO EM ESPAÇOS VIRTUAIS

Leda Maria de Barros Guimarães

Maria de Fatima França Rosa

Hélia Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.73619010623

CAPÍTULO 24 249

QUALIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DO LIXO DA PRAIA DO MOA

Carlos Henrique Profírio Marques

DOI 10.22533/at.ed.73619010624

CAPÍTULO 25 255

RESIDÊNCIA AGRÁRIA JOVEM: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO QUE INTEGRA PESQUISA, PRÁTICA E ENSINO

Juliany Serra Miranda

Denival de Lira Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.73619010625

SOBRE O ORGANIZADOR..... 263

DISCRIMINAÇÃO RACIAL NOS DISCURSOS DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Ketno Lucas Santiago

Universidade Federal do Pará – UFPA

Programa de Pós-Graduação em Linguagens e
Saberes da Amazônia – PPLSA
Bragança – Pará

Ana Paula Vieira e Souza

Universidade Federal do Pará – UFPA

Programa de Pós-Graduação em Linguagens e
Saberes da Amazônia – PPLSA
Bragança – Pará

RESUMO: A pesquisa tem foco nos discursos de professores acerca das relações étnico-raciais na Educação Infantil de Escolas Municipais de Bragança-PA, com vista a valorização da criança negra e o conhecimento da Lei Nº 10.629\03. Objetivo principal é de analisar os discursos de professores sobre a discriminação racial manifestado entre crianças na sala de aula e ações realizadas no combate desse racismo para o empoderamento de criança negra. O tipo de pesquisa é de abordagem qualitativa, com o uso da entrevista semiestruturada com utilização da técnica de análise do discurso. Participaram 07 professores efetivos da rede municipal. Os discursos de professores revelam que raramente trabalham a temática em sala de aula, que tem dificuldades de atuar no momento de racismo entre os alunos. Ainda, mostram não dominar a compreensão de cor/raça, do mesmo

indicam vivências recorrentes de discriminação racial na sala de aula. Em relação à valorização da criança negra, que não trabalham. Em relação a Lei Nº 10.639\2003 conhecem a existência, mas não sabem exatamente do que ela trata, desconhecem o conteúdo da legislação a respeito do Ensino de História, Cultura Afro-brasileira e Africana, não souberam dizer das questões étnico-raciais. Conclui-se, que os professores carecem de aperfeiçoamento e formação continuada no campo das relações étnico-raciais, concepção teórica de currículo de Educação Infantil, apropriação do uso das linguagens e experiências no cotidiano da sala de aula, em especial no campo das étnico-raciais.

PALAVRAS-CHAVE: Professores. Étnico-raciais. Racismo.

ABSTRACT: The research focuses on teachers' discourses about ethnic-racial relations in the Early Childhood Education of Municipal Schools of Bragança-PA, with a view to valuing the black child and knowledge of Law Nº 10.639 \ 03. The main objective is to analyze the teachers' discourses about racial discrimination manifested among children in the classroom and actions taken to combat this racism for the empowerment of black children. The type of research is qualitative approach, with the use of the semi-structured interview using the

technique of discourse analysis. Seven effective teachers from the municipal network participated. Teachers' discourses reveal that they rarely work in the classroom, which has difficulties to act in the moment of racism among the students. Also, they show not to dominate the understanding of color / race, of the same indicate recurrent experiences of racial discrimination in the classroom. In relation to the valuation of the black child, they do not work. Regarding Law No. 10,639,2003 they know the existence, but they do not know exactly what it is about, they do not know the content of the legislation regarding History Teaching, Afro-Brazilian and African Culture, they did not know about ethnic-racial issues. It is concluded that teachers lack continuous education and training in the field of ethnic-racial relations, theoretical conception of curriculum in Early Childhood Education, appropriation of the use of languages and experiences in the everyday classroom, especially in the field of ethnic- racial relations.

KEYWORDS: Teachers. Ethnic-racial. Racism.

1 | INTRODUÇÃO

A Lei Federal Nº 10.639/03, ampliada pela Lei Nº 11.645/08, modifica historicamente a educação no Brasil, ao alterar a LDB Nº 9.394/96, exigindo a inclusão no currículo temas relacionados ao ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Para Santos et al. (2014, p. 107) a lei é considerada um “avanço do Século XXI” por representar “uma nova história de afirmação de direitos em prol da valorização da cultura afro-brasileira e africana nos currículos oficiais da Educação básica no Brasil”.

No Brasil, a promulgação a Lei 10.639/03, fruto dos movimentos sociais, em especial do “movimento negro”, visando diminuir as desigualdades relacionadas ao “racismo, preconceito e discriminação racial acumulados historicamente” (SANTOS, et al., 2014, p. 110), reproduzido pelo currículo tradicional. Nesse contexto, de luta do Movimento Negro, a Lei Nº 10.639/03, estabelece a obrigatoriedade de os currículos das escolas o ensino afro-brasileiro e africano, considerado um avanço no campo da política curricular, todavia, ainda carece de efetivação nas práticas pedagógicas de professores, com o intuito de concretizar ações de valorização de identidades de crianças afrodescendentes nas escolas.

Consideramos, portanto, que a prática pedagógica de professores no trato das relações étnico-raciais na rede municipal de Bragança requer formação continuada e aperfeiçoamento, principalmente na compreensão das muitas infâncias e da diversidade infantil com vista as singularidades e “especificidades desse grupo geracional” (SOUZA, 2009, p. 32). A infância para Souza (*idem*) é “fruto de construções culturais e históricas imbricadas por conceitos” que “[...] contribui significativamente para revelar crianças como sujeitos sociais, que constroem saberes, competências e comportamentos partilhados com seus pares”. Por isso, a autora defende uma ação pedagógica pela valorização da identidade de crianças negras na Educação Infantil com vista ao combate da discriminação social presente na comunidade escolar.

Assim, a questão problema neste estudo, procura saber, de que forma se caracteriza nos discursos de professores a discriminação racial na Educação Infantil e o conhecimento da Lei Nº 10.639\03 com vista a valorização da identidade de crianças negra no âmbito escolar? A fim de alcançarmos a proposição deste estudo, elegemos o objetivo geral; analisar os discursos de professores sobre a discriminação racial vivenciadas entre crianças no ambiente escolar; identificar as ações realizadas pelos professores no combate do racismo visando valorizar a criança negra; e verificar o conhecimento dos professores de Educação Infantil sobre a Lei Nº 10.639/03.

Assim, o objeto de estudo desta produção textual, metodologicamente assume a pesquisa, no campo da abordagem qualitativa, por se tratar de fenômeno social interligado aos sujeitos que vivenciam a discriminação racial, que segundo Chizzotti (2010, p. 28) objetiva “interpretar o sentido do evento a partir do significado, que as pessoas atribuem ao que falam e dizem”, ou seja, o de extrair da análise interpretativa, os sentidos atribuídos pelos professores a respeito do racismo entre crianças de Educação Infantil e o seu saber sobre a Lei Nº 10.639\03.

O critério para a escolha dos professores aconteceu pela seleção da Escola, próxima ao Campus de Universitário de Bragança, por atender o entorno da UFPA, o professor trabalhar mais de cinco anos na Educação Infantil, e ser concursado do Município de Bragança.

A pesquisa foi realizada em única Escola de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Bragança, Estado do Pará. A entrevista foi aplicada em três dias da semana devido a disponibilidade dos professores. Identificamos os participantes da pesquisa pela sigla P, seguida do numeral arábico.

Participaram 07 professoras com idade entre 30 e 54 anos, residentes no Município de Bragança. Atuam na Educação Básica mais de 16 anos, sendo destes 05 e meio dedicados a Educação Infantil. Em relação a formação inicial 05 professoras possui Graduação em Pedagogia, 01 em Filosofia, 01 com duas graduações (Pedagogia e Letras). A respeito da formação continuada, duas delas possui Especialização, (Educação Especial e Antropologia Filosófica e Gestão Escolar), apenas uma professora com titulação de Mestre em Educação.

Isto posto, o corpus de análise permitiu que extraíssemos os significados atribuídos ao racismo e a Lei, o que permitiu a composição dos eixos de análise.

2 | PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Metodologicamente a pesquisa é de abordagem qualitativa, segundo Chizzotti (2010, p. 28) objetiva “interpretar o sentido do evento a partir do significado que as pessoas atribuem ao que falam e dizem”, ou seja, o de extrair sentidos e significados dos discursos de professores a respeito das relações étnico-raciais.

Os dados coletados por meio da entrevista com questões previamente elaboradas

e comando explicativo acerca do objetivo deste estudo. A entrevista semiestruturada permite uma flexibilidade e uma dinâmica de relação pessoal entre pesquisador e pesquisado, que facilita um maior esclarecimento de pontos que se apresentam com menor clareza para o sujeito entrevistado (MOROZ; GIANAFALDONI, 2006). A pesquisa de campo empírico foi realizada em três escolas da rede municipal de Bragança, que atende a Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais.

O Município de Bragança, na gestão atual por meio da Secretária de Educação adota o currículo com base na teoria de Paulo Freire, a partir de temas de geradores, anteriormente, a gestão passada trabalhou com a proposta curricular dos complexos temáticos com base em Pistrak (Escola do Trabalho). As mudanças na proposta curricular têm promovido aos professores ações formativas a respeito do currículo e de questões relacionadas as infâncias e étnico raciais.

As três escolas pesquisadas atendem em média 220 alunos matriculados no turno da manhã e tarde. As escolas possuem em média 85 servidores que atuam na educação. O acesso à escola para a realização da pesquisa de campo empírico foi facilitado pela gestão escolar, que nos apresentou aos sete professores, que se dispusera em colaborar com o estudo.

No mês de maio e junho de 2017 realizou-se a coleta dos dados, com a participação de 07 professores, da Educação Infantil. O critério para escolha dos professores seguiu algumas orientações, apresentarem tez da pele negra; cabelo afro, ainda que tenham recorrido aos produtos químicos para alisarem, trabalharem no nível da Educação Infantil.

A entrevista com os professores aconteceu no espaço da biblioteca. As entrevistas duraram em média 1h e 20min. Alguns professores tiveram dúvidas em compreender as questões levantadas, assim como, procurou-se reformular as perguntas para não induzir os mesmo as respostas prontas.

O roteiro da entrevista composto por questões visando traçar o perfil sócio cultural de professores e pontos direcionados para as relações étnico-raciais e práticas de racismo vivenciadas pelos docentes na sala de aula de Educação Infantil. A entrevista foi gravada com uso dos recursos tecnológicos (celular), anotações no diário de bordo, devidamente transcrita.

De posse do material coletado, realizou-se a organização e tabulação das informações, seguindo orientações da técnica da análise do discurso, que facilitou a leitura do *corpus* de análise.

A técnica da análise do discurso, segundo Chizzotti (2010, p. 120) “recobre um amplo espectro de teorias e práticas [...] uma diversidade de orientações de pesquisa e disciplinas”. Ainda, assim a base desta pesquisa é a análise do discurso crítica, pois o discurso para Chizzotii (2010, p. 120) não tem sentido único, mas na perspectiva da “linguagem comum pode significar o diálogo entre falantes”, portanto, a concepção de análise de discurso nesta pesquisa tem o sentido de conjunto de ideias expressos em texto. Assim, “o discurso é a expressão de um sujeito no mundo que explicita sua

identidade e expõe a ação primordial pela qual constitui a realidade” (Idem).

A análise do discurso, portanto, como prática social procura revelar os sentidos e significados atribuídos pelos professores, a partir de suas experiências objetivas e subjetivas, com crianças sobre racismo e a Lei N° 10.639/13.

3 | DISCURSOS DE PROFESSORES SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A presente seção apresenta os resultados da pesquisa acerca dos discursos de professores sobre as relações étnico-raciais na Educação Infantil. Discriminando o nome fictício do professor, idade, sexo, formação e tempo de trabalho desenvolvido no ambiente escolar.

NOME FICTÍCIO	IDADE	SEXO	FORMAÇÃO	TEMPO
A) P1	33	Feminino	Pedagogia	
B) P2	39	Feminino	Pedagogia/UFPA, Esp. em Educação Especial	10 anos
C) P3	35	Feminino	Pedagogia/UFPA	10 anos
D) P4	40	Feminino	Pedagogia	9 anos
E) P5	33	Feminino	Filosofia/Pedagogia. Esp. Antropologia Filosófica e Gestão Escolar. Mestrado em Educação.	10 anos
F) P6	36	Feminino	Pedagogia (PARFOR) Abaetetuba	1 ano
G) P7	54	Feminino	Pedagogia e Letras	9 anos

QUADRO 1 – Perfil Dos Profissionais Da Educação Do Ensino Infantil

Fonte: Pesquisa 2017.

Os professores são do sexo feminino, se encontram na faixa etária entre 30 e 54 anos. Ainda, a docência tem relação com o trabalho de mulheres, principalmente na Educação Infantil, pois essa prática é recorrente no Município de Bragança. Em relação a formação dos professores, 05 são graduados em Pedagogia, uma professora com formação em Filosofia, uma com duas graduações (Pedagogia e Letras). 02 Professoras com Especialização, sendo uma especialista em Educação Especial e uma em Antropologia Filosófica e Gestão Escolar. Uma professora com titulação em nível do Mestrado em Educação.

3.1 Discurso de professores sobre a cor da pele

A Identidade é uma categoria em debate, em construção, uma construção histórica, em movimento, segundo Hall (2005, p. 38) “a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento”.

Para Hall (2005) a categoria etnia, tem um conceito mais amplo que o de raça. “A etnia é um termo que utilizamos para nos referirmos às características culturais - língua, religião, costumes, tradições, sentimentos de ‘lugar’” (HALL, 2005, p. 62). A raça, portanto, marca a diferenciação social por ser “uma categoria discursiva e não uma categoria biológica”. Para o autor, a raça é categoria organizadora de formas de falar, sistemas de representação e práticas sociais (discursos), pouco específico, de diferenças em termos da cor da pele, textura do cabelo características físicas e corporais, etc. (HALL, 2005, p. 62).

Nesse sentido, a categoria raça aparece nos discursos de professores como negação do seu pertencimento racial. Conforme os discursos de professores: P3 – “Minha cor é parda”; P6 “Negra”; P7 “Raça humana e minha cor é amarela”.

O sujeito nega a sua etnia exatamente por temor ao racismo e preconceito, segundo (MOURA, 2017, p. 09), “o individuo nega seu pertencimento racial e acaba reproduzindo o ideal branco, já que para nossa sociedade tudo o que é negativo está associado à imagem do negro, logo, ninguém quer ser negro”.

3.2 Discursos de professores sobre práticas racistas e ações pedagógicas na sala de aula

A concepção de racismo é uma forma de discriminação, muito perversa, segundo Sant’Ana (2005, p. 41), “porque o discriminado não pode mudar as características raciais” da sua própria natureza. Historicamente o racismo tem traços históricos relacionados à escravidão.

O racismo é uma construção histórica, fruto de um longo processo de amadurecimento da sociedade capitalista, que objetiva formar e usar mão de obra barata por meio da exploração dos povos colonizados. A exploração da população negra “gerava riqueza e poder, sem nenhum custo-extra para o branco colonizador e opressor” (SANT’ANA, 2005, p. 42).

Para P2 “Não. As Crianças da educação infantil por ainda estarem se formando social, biológico e culturalmente, ainda se aceitam mais naturalmente”. Na fala da P4 “Já. Varias vezes. Pensa que eles gostam de serem chamados ou de se acharem gordos e pretos? Eles não gostam não, desde pequenininho”, conforme apresentado nos questionários.

Conforme descrito nos questionários de respostas dos professores, no item que questiona se os professores desenvolveram alguma atividade ou trabalho sobre relações raciais, para P2 “Não. Abordei diretamente essa temática, falo muito do respeito pelo diferente”. Segundo P6 “Não. Por que a escola ainda não trabalha com o tema. Pois a escola acaba abordando outros temas que deixa de lado esta temática”, conforme descrito na pesquisa.

Depois de desenvolver a entrevista, verificamos o discurso do educador, questionando de que forma se pode abordar o assunto racismo e relações raciais

na sala de aula. Por isso, a necessidade da formação. Neste sentido, é importante frisar a necessidade de “articular educação, cultura e a formação de professores, com um olhar sobre identidade, nesse sentido, devem-se inserir na formação, iniciais dos professores”, conforme aponta (Moura, 2017, p. 05), contribuindo para o desenvolvimento de atividades com esse teor.

A atuação dos profissionais da educação é de extrema importância para se contrapor a reprodução de uma visão conservadora na sala de aula. Para (Moura, 2017 p.05, p.06) “A escola é um espaço onde esses comportamentos, padrões irão estar presentes. É considerado a discriminação racial como produto de uma herança cultural e a escola como mais um espaço legítimo e responsável”, pela transmissão de toda produção dessa cultura.

Ao serem questionados sobre, como o educador da educação infantil pode abordar o assunto racismo e as relações raciais na sala de aula, os professores responderam, para P3 “Com vídeos, músicas e figuras para que eles visualizem essas diferenças, a partir disso trabalha as várias culturas, as miscigenações culturais” e para P1 “Através de histórias e também quando surgir situações em sala de aula.”, revelada em nossa pesquisa.

3.3 Formação de Professores, Lei Nº 10.693/2003

A formação de professores é contemplada pelas legislações brasileiras vigentes, principalmente sobre questões ético-racial, contempladas pela Lei Nº 10.639/03, pois trabalhar a especificidade do tema. O trabalho de formação tem a sua relevância para a mudança de valores de uma sociedade, conforme aponta a autora ao afirmar que “o sistema educacional é permeado por contradições, pois a instituição escolar ao mesmo tempo em que tem o intuito de transformar a realidade com suas ações acaba por reproduzir e legitimar os valores, formas de pensar da sociedade vigente”, conforme aponta (MOURA, 2017, p.13).

Neste sentido ao abordar as questões e relatam que; P2 “Sim. Há um ano participei de uma palestra referente a essa temática.”, ou como a P3 dizendo simplesmente “Não.”. A grande maioria, não participou de nenhum processo de formação, essa ausência de formação contribui para ampliar a distância em relação ao entendimento do professor sobre o assunto e a ação desenvolvida pelo profissional em sala de aula.

Neste sentido, destacamos a necessidade de avançarmos neste campo das relações étnico-raciais, principalmente no que diz respeito a formação do profissional, enquanto um sujeito sócio histórico, que atribui sentido e significado a si e transcendendo para demais referências coletivos, simbólicos e materiais (GOMES, SILVA, 2006).

Podemos entender os profissionais da educação, como peça fundamental em sala de aula, conforme afirma (Moura, 2017, p.15), “pois é ele (a) que irá mediar o processo ensino-aprendizagem e tem a responsabilidade de conduzir a turma para

quebrar preconceitos, construir identidades”, desenvolvendo durante o ano letivo temas como racismo, raça, apresentando o negro como protagonista, e não apenas como escravo.

Ao entrevistar os professores da educação infantil, em relação ao seu conhecimento em relação a lei nº 10.639/03 e como os mesmos, entendem a sua contribuição para a educação, perguntamos também, se na sua sala tem criança negra. Esses questionamentos possuem extrema importância para nossa pesquisa. Pois apontam o nível de conhecimento dos profissionais da educação, em relação a Lei e a contribuição para a educação.

No Brasil, instituídos a partir da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, que trata sobre às crianças, direitos de cidadania, definindo a sua proteção integral, deve ser garantida pela família, pela sociedade e pelo poder público, com absoluta prioridade. (Art. 227da CF/1988, p. 172). Logo após foi a constituição do ECA – Lei federal nº 8.069/90, ratificando os dispositivos da constituição, garantindo a criança, ser sujeitos de direitos.

Destaca-se também a criação do FUNDEB - Lei nº 11.494/07, em substituição ao FUNDEF - EC nº14/96 e regulamentada pela Lei nº 9.424/96, logo após a promulgação da LDB. São importantes leis que contribuem para regulamentação da educação infantil.

Para (Araujo, 2014 p. 258) cita que “Ao mesmo tempo em que indagamos o reconhecimento ou não da infância, das crianças negras – mesmo que de forma transversal – nas intencionalidades de políticas internacionais antirracistas”, inclusive, chamando nossa atenção para uma eventual possibilidade da educação infantil ocupar algum lugar nos documentos mais recentes.

Em relação a história da África e dos africanos, podemos dizer que desde o início do século XXI surge com crescente debate em torno das políticas de igualdade das relações étnico-raciais, conforme cita (SANTOS, 2014, p. 107), “Já no ano de 2001, em Durban, na África do Sul, foi realizada a III Conferência contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Corralatas”, segunda a autora, um marco histórico, pois reconheceu o racismo e suas consequências e orienta para adoção de medidas de combate a questões étnico-raciais.

Para (SANTOS, 2014, p. 108), “A implementação da Lei Federal nº 10.639/03, consolidou um marco recente na história da educação brasileira como uma medida afirmativa que altera a LDB nº 9.394/96”, passando a vigorar com o acréscimo dos artigos 26-A, 79-A e 79-B, tornando obrigatória a inclusão no currículo oficial de ensino a temática “História e Cultura Afro-brasileira e Africana”.

Os professores ao serem questionados sobre o conhecimento em relação a Lei nº 10.639/03 e como entende a sua contribuição para a educação e se na sua sala tem crianças negras, foi respondido: P2 “: Sim, contudo é lamentável que precisamos de uma lei que rege que temos que respeitar o outro, afinal todos devemos respeitar uns aos outros independentemente de cor, religião e situação econômica”, para P7 “Não.

Tenho conhecimento sobre a lei. Como entende sua contribuição para a educação? Na sua sala de aula tem criança negra?”, foram algumas das respostas apresentadas.

Sendo assim, entendemos que a falta de conhecimento, por parte dos professores, acontece pois a lei não contempla a obrigatoriedade na modalidade da educação infantil, onde os professores que vivenciam esta realidade no seu dia a dia, identificam as atitudes discriminatórias, conforme aponta a pesquisa, por isso a necessidade de ter maior domínio sobre o tema e uma formação continuada para garantir uma atualização da temática entre os professores.

4 | CONCLUSÃO

Considerando, o objetivo da pesquisa em conhecer como é manifestado pelos professores práticas racistas vivenciadas pelas crianças no ambiente escolar, as ações de combate ao racismo e o conhecimento acerca da Lei 10.639/03.

Os discursos de professores apontam práticas racista pelas crianças no âmbito da Educação Infantil, a saber: São motivadas pelas características físicas, por meio de brincadeiras entre crianças no uso de termos pejorativos, do tipo tição, cabelo de palha, pretinho do mangue, cor feia, etc.; Às crianças em alguns momentos, utilizam a agressão física; Às crianças escolhem com quem brincar, muitas vezes excluem crianças de etnia.

As práticas pedagógicas de professores para combater o racismo, ainda são tímidas. Geralmente, os professores recorrem ao combate de práticas racistas, quando é manifestado pelas crianças, não adotam no currículo temas relacionados as relações étnico-raciais, realizam discussões sobre culturas e diversidade, a categoria identidade não é manifestada nos discursos de professores.

O estudo revela que a atuação dos professores diante de situações de racismo e discriminação se pauta em ausências de formação e qualificação para atuar. Os professores indicam limitações para trabalhar os conflitos entre às crianças originadas com as práticas racistas.

Assim, faz-se importante outras pesquisas nas Escolas da Região Bragantina a respeito das práticas racistas nos discursos de crianças da Educação Infantil e Anos Iniciais, uma vez que é papel de professores trabalhar um currículo que valorize as diferenças, as identidades infantis, assim como a valorização da criança negra, pois o negro historicamente protagoniza a constituição do povo brasileiro. A escola por meio da proposta curricular deve valorizar a Lei 10.639 de 2003, a cultura afro-brasileira, considerando a realidade que a escola vivencia.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Marlene de. **A Lei nº 10.639/2003: Pesquisas e Debates** / Wilma de Nazaré Baía Coelho...

[et al.] (Organizadores). - São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014. - (Coleção Formação de Professores & relações étnico-raciais).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil** [recurso eletrônico]. -- Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/p7qj7Q>. Acessado dia 29 de julho de 2017.

_____. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm Acessado no 21/08.

_____. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 14, de 12 de setembro de 1996. **Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal** e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm Acessado 21/08.

_____. Lei nº 10.639, de janeiro de 2003, altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que **estabelece as diretrizes e base da educação nacional**, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. <https://goo.gl/MaJT9Z>. Acessado no dia 25/05.

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. <https://goo.gl/vLB5LR>. Acessado no dia 25/05.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais** / Antônio Chizzotti. 3. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes. 2010.

GOMES, N. L.; Silva, P. B. G. **O desafio da diversidade**. In: Gomes, N. L.; Silva, P.B.G..Experiências étnico-cultural para a formação de professores. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. P. 223-277.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MOROZ, Melania. **O processo de pesquisa: iniciação**/Melania Moroz e Mônica Helena Tieppo Alves Gianfaldoni. – Brasília: Liber Livro Editora, 2ª edição, 2006.

MOURA, Dayse. **Identidade racial na educação infantil: o que pensam as professoras acerca da educação das relações raciais e da construção de uma autoimagem positiva da criança negra?**. Disponível em <https://goo.gl/xL4woj>. Acesso em: 23/07.

SANT'ANA, Antonio Olímpio. **Superando o Racismo na escola**. 2º edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. - [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, Raquel Amorim dos. **A Lei nº 10.639/2003: Pesquisas e Debates** / Wilma de Nazaré Baía Coelho...[et al.] (Organizadores). - São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014. - (Coleção Formação de Professores & relações étnico-raciais).

SILVA, Maria José Lopes da. **Superando o Racismo na escola**. 2º edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. - [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e Diversidade, 2005.

SOUZA, Ana Paula Vieira e. **As Culturas infantis no espaço e tempo do recreio: constituindo singularidade sobre a criança**; Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2009.

SOBRE O ORGANIZADOR

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme: Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-373-6

